

Cristovam quer novo mapa de desenvolvimento do DF

CORREIO BRAZILIENSE

Raimundo Paccó

Ricardo Mendes

Da equipe do Correio

Brasília está saturada. O Plano Piloto concentra 71% dos empregos do Distrito Federal, apesar de somente 15% das pessoas da região morarem na cidade traçada por Lúcio Costa. Os números são do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF). Desde março de 1995, o instituto mobilizou mais de 200 técnicos para redesenhar o mapa do DF e esboçar seu futuro. O resultado é um novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que foi enviado ontem pelo governador Cristovam Buarque para a Câmara Legislativa.

O documento substituirá o PDOT aprovado pela Câmara em 1992. Os dois documentos têm a mesma função: delimitar que porções do território estão reservadas para cada tipo de ocupação, seja para moradia, produção rural, preservação ambiental ou atividades industriais e comerciais. "Ao contrário do plano anterior, o novo traz instrumentos jurídicos, tributários e urbanísticos para que o governo direcione o desenvolvimento", ressalta o presidente do IPDF, Luiz Philippe Torelly.

Para redefinir a ocupação do território, o novo plano dividiu as áreas urbanas em três categorias. O mesmo ocorreu em relação às áreas rurais (veja mapa). "As divisões obedecem as restrições ambientais, como a preservação de nascentes de água e a manutenção de áreas rurais, que



O novo PDOT amplia as áreas urbanas para incluir alguns condomínios

nos abastecem de alimentos", comenta o presidente do IPDF.

Torelly explica que o governo poderá oferecer vantagens para que empresas se instalem no eixo Taguatinga-Samambaia-Ceilândia, tais como isenção temporária de impostos e disponibilização de novas áreas.

O plano privilegia ainda o adensamento das cidades, permitindo a elevação do gabarito dos prédios e desestimulando a especulação imobiliária. Essas ações atingirão principalmente as regiões ao longo da linha do metrô.

PLANO PILOTO E CONDOMÍNIOS

Até julho, o IPDF enviará ao Legislativo os planos para Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Plano Piloto.

Torelly sabe que haverá polêmica quando chegar a vez de definir mudanças no Plano Piloto, tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. "Queremos excluir da área de tombamento o Cruzeiro", adianta. "Defendemos a preservação das características do Plano Piloto, mas a cidade e a sociedade não podem ser engessadas pelo tombamento."

O novo PDOT também pretende ajudar a regularizar condomínios. "Quase todos os loteamentos passíveis de regularização estão em áreas que hoje são consideradas rurais ou de expansão urbana. O novo PDOT amplia as zonas urbanas, que passarão a englobar esses loteamentos, facilitando a legalização", explica Torelly.